

## **INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE GEOGRAFIA E HISTÓRIA: POSSIBILIDADES A PARTIR DAS HABILIDADES DA BNCC DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

### **INTERDISCIPLINARITY BETWEEN GEOGRAPHY AND HISTORY: POSSIBILITIES BASED ON THE SKILLS OF BNCC IN THE FINAL YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL**

Leandro Andrade Cardoso<sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente artigo, que consiste em um estudo do tipo bibliográfico, tem como objetivo investigar e discutir as possibilidades interdisciplinares entre Geografia e História, a partir da Base Nacional Comum Curricular, para os anos finais do Ensino Fundamental. Para isso, buscamos uma definição para os conceitos de Interdisciplinaridade, Geografia e História, com base nos trabalhos de JAPIASSU (1976) e FAZENDA (1994, 2000), BLOCH (2001), HOBSBAWM (1998), SANTOS (2008) e BARROS (2010), principalmente. Posteriormente, selecionamos alguns descritores e habilidades de Geografia e História selecionados da BNCC, com o objetivo de apontar as possibilidades de interdisciplinaridade entre a Geografia e a História oferecidas por esta diretriz curricular.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interdisciplinaridade, Geografia, História, Currículo, Educação

#### ABSTRACT

This article, which consists of a bibliographic study, aims to investigate and discuss the interdisciplinary possibilities between Geography and History, based on the Common National Curriculum Base (BNCC), for the final years of Elementary School. For this, we seek a definition for the concepts of Interdisciplinarity, Geography and History, based on the works of JAPIASSU

---

<sup>1</sup> Graduado em Geografia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Mestrando em Ensino de Geografia pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). E-mail: leocoop@gmail.com

(1976) and FAZENDA (1994, 2000), BLOCH (2001), HOBBSAWM (1998), SANTOS (2008) and BARROS (2010), mainly. Subsequently, we selected some descriptors and skills of Geography and History selected from the BNCC, with the objective of pointing out the possibilities of interdisciplinarity between Geography and History offered by this curricular guideline.

KEYWORDS: Interdisciplinarity, Geography, History, Curriculum, Education

## INTRODUÇÃO

Cada vez mais o paradigma do saber disciplinar tem sido questionado por pesquisadores de diversas áreas, que apontam para a necessidade de um novo paradigma, que ofereça uma perspectiva mais holística do saber, superando a fragmentação em voga, característica da sociedade atual (FREIRE, 2001; JAPIASSU, 1976; MORIN, 2000). Na maioria dos casos, a interdisciplinaridade tem sido apontada como solução, na medida em que permite o diálogo e a troca entre distintos, mas complementares, campos disciplinares. Não obstante à discussão do papel da interdisciplinaridade na superação do paradigma disciplinar, também discute-se sua importância para a superação da fragmentação entre a escola e a sociedade, entre o saber acadêmico e a vida material e cotidiana da população em geral, entre o currículo escolar e as vivências e saberes dos alunos (FAZENDA, 1994, 2000).

Se, por um lado, entendermos que, a superação do problema da distância (ou, em muitos casos, um abismo) entre o conhecimento acadêmico (produzido nas universidades) e a população em geral, passa, necessariamente, pela democratização do conhecimento, a qual deve começar pela sala de aula na educação básica; por outro, entenderemos que nada disso será alcançado sem uma formação contínua e continuada dos educadores (FREIRE, 2011; MORIN, 2000; SANTOMÉ, 1998). Outrossim, se, por um lado, entendemos que é importante estabelecer um constante diálogo entre saber acadêmico e o saber escolar; por outro entenderemos que nada disso terá sucesso enquanto o saber escolar e estiver desconectado da vivência

quotidiana dos alunos, ou enquanto o saber acadêmico estiver alienado da sociedade e de suas demandas (FREIRE, 2018). Do mesmo modo que cada especialista precisa explorar o que há além dos limites de sua disciplina, a escola também precisa extrapolar os limites de seus muros. Sobre isso, Paulo Freire (2001) afirma:

O diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educador-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que esse conjunto de saberes se encontra em interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas, sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação. (p. 55)

A prática interdisciplinar não pode ser vista como uma ameaça às áreas de especialização de cada educador, mas sim como um desafio ao comodismo, como um convite à superação da fragmentação do saber; como convite à um trabalho ou à uma prática que sejam conscientes da totalidade da qual cada disciplina é apenas uma parte, um recorte. Uma prática que busque, a todo tempo, reatar o elo com essa totalidade. Segundo Milton Santos (2008):

“O exercício da apreensão da totalidade é um trabalho fundamental e básico para a compreensão do lugar real e epistemológico que, dentro dela, tem as suas diferentes partes ou aspectos. Todavia, o conhecimento das partes, isto é, do seu funcionamento, de sua estrutura interna, suas leis, da sua relativa autonomia, e, a partir disto, da própria evolução, constituem um instrumento fundamental para o conhecimento da totalidade. (p. 141)

Importante destacar também, que a prática interdisciplinar não implica anular ou pagar as especificidades e as contribuições de cada disciplina ou ciência, mas reconhecer que seus limites também são pontes, que suas fronteiras também são superfícies de contato, onde a interface e a síntese entre distintos saberes é tão possível quanto latente. Como pondera Santos (2008):

Todas as ciências são de síntese ou simplesmente não são ciências. [...] A capacidade de síntese, que não é privilégio de nenhum especialista, surge como resultado de uma preparação intelectual, que vai além da própria especialidade para abarcar o universo das coisas e a compreensão de cada coisa como um universo. (p. 126)

O presente artigo, que consiste em um estudo do tipo bibliográfico, tem como objetivo investigar e discutir as possibilidades interdisciplinares entre Geografia e História, a partir das habilidades propostas

na BNCC, para os anos finais do Ensino Fundamental. Para isso, fizemos uma breve discussão acerca dos conceitos de Interdisciplinaridade com base nos trabalhos de Hilton Japiassu e Ivani Fazenda, principalmente; bem como de Geografia e História, com base nos estudos de Marc Bloch, Eric Hobsbawm, Milton Santos e José D'Assunção de Barros, entre outros, de modo a estabelecer as bases para o presente estudo.

Posteriormente, passamos à discussão sobre a importância da interdisciplinaridade no processo de ensino-aprendizagem de Geografia e de História. Em seguida, apontamos, por meio de algumas habilidades de Geografia e História selecionadas da BNCC, as possibilidades de interdisciplinaridade oferecidas por esta diretriz curricular.

## GEOGRAFIA E HISTÓRIA: UMA RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Se analisarmos o termo *interdisciplinaridade* sob uma perspectiva meramente etimológica, teremos que decompô-lo em duas partes primevas: de um lado, *inter*, que traz o sentido de “entre”, expressando “reciprocidade”, “ligação” ou “conexão”; de outro, *disciplinaridade*, que deriva do substantivo “disciplina”, originado do latim *disciplinae*, o qual, por seu turno, traz o sentido de “ação de instruir”, ou de “educação que um discípulo recebe de seu mestre” (FEERREIRA, 1994). Analisando o termo em sua totalidade, superando a dicotomia de suas partes a partir da síntese delas, podemos concluir, que o sentido da *interdisciplinaridade* demarca uma área de intersecção entre diferentes *disciplinas* ou “campos do saber”.

A interdisciplinaridade perpassa todos os elementos do conhecimento, pressupondo a integração entre eles. [...] Porém, é errado concluir que ela é só isso. A interdisciplinaridade está marcada por um movimento ininterrupto, criando e recriando outros pontos para discussão. [...] A apreensão da atitude interdisciplinar garante, para aqueles que a praticam, um grau elevado de maturidade. Isso ocorre devido ao exercício de uma certa forma de encarar e pensar os acontecimentos. Aprende-se, com a interdisciplinaridade que um fato ou solução nunca é isolado, mas sim consequência da relação entre muitos outros. (FERREIRA *apud* FAZENDA, 2000, p. 34-35)

O paradigma (KUHN, 1975) do saber disciplinar, ao mesmo que faz de cada campo do saber, de cada disciplina, uma trincheira dentro da qual

seus especialistas se isolam, enclausurando-se da totalidade do mundo dentro das frestas do conhecimento; ao mesmo tempo fez do campo interdisciplinar, ou seja, da área de intersecção entre cada disciplina, uma verdadeira “terra de ninguém”, sobre a qual jaziam os restos mortais daqueles que, dotados de ousadia, se aventuravam a atravessá-la, mas que pereceram, fulminados por aqueles soldados que, acomodados em suas trincheiras, dedicavam-se a preservá-las puras e intocadas.

O professor interdisciplinar traz em si um gosto especial por conhecer e pesquisar, possui um grau de comprometimento diferenciado para com seus alunos, ousa novas técnicas e procedimentos de ensino, porém, antes, analisa-os e dosa-os convenientemente. Esse professor é alguém que está sempre envolvido com seu trabalho, em cada um de seus atos. Competência, envolvimento, compromisso, marcam o itinerário desse profissional, que luta por uma educação melhor. Entretanto, defronta-se com sérios obstáculos de ordem institucional no seu cotidiano. Apesar de seu empenho pessoal e do sucesso junto aos alunos, trabalha muito, e seu trabalho acaba por incomodar os que tem a acomodação por propósito. (FAZENDA, 1994, p. 31)

Isso se nota, por exemplo, dentro das escolas, na resistência de cada professor em aderir ao desafio de trabalhar além das fronteiras de sua disciplina, o principal obstáculo à realização de projetos interdisciplinares.

Em suma, a interdisciplinaridade não é apenas um conceito teórico. Cada vez mais parece impor-se como uma prática que implica o repensar. Em primeiro lugar, aparece como uma prática individual: é fundamentalmente uma atitude de espírito, feita de curiosidade, de abertura, de desejo de enriquecer-se com novos enfoques, de gosto pelas contribuições de perspectivas e de convicção, levando ao desejo de superar cominhos já batidos. (JAPIASSU, 1976, p. 82)

Na pesquisa científica brasileira, esse problema se evidenciou, no nodo como, nos anos 1960, a interdisciplinaridade foi percebida e pensada pelos acadêmicos: um modismo resultante de uma visão distorcida e equivocada. Tal equívoco, apesar dos esforços de pesquisadores como Hilton Japiassu e Ivani Fazenda em superá-los por meio de discussões e reflexões profundas sobre o tema, ainda persistem.

O entendimento do que é a Geografia e do que é a História, enquanto campos do saber e disciplinas escolares, passa, tal ao entendimento da interdisciplinaridade, pela análise da etimologia de seus nomes. Assim, para a Geografia, temos o prefixo de origem grega *geo* (γῆ), que significa “Terra” (o

planeta), seguido do sufixo também grego *graphia* (γραφία), que, por seu turno, significa “escrita” ou “descrição” (FERREIRA, 1994). A partir dessa decomposição, a análise do que é Geografia aponta para uma síntese que se desdobra em duas possibilidades de interpretação. Em primeiro lugar, Geografia enquanto “escrita da/na Terra”, que pode ser entendido como o processo humano de deixar marcas - como uma assinatura - na superfície terrestre. É o processo de construção do *espaço geográfico*, propriamente dito, quando os seres humanos, em sociedade, por meio do trabalho e da técnica, “escreve” na pele do planeta Terra ao criar, por exemplo, redes urbanas, de transporte, de telecomunicações, etc., circunscrevendo territórios, inscrevendo lugares, imprimindo paisagens (BARROS, 2017; SANTOS, 2008). Segundo os Parâmetros Curriculares de Geografia:

O espaço geográfico é historicamente produzido pelo homem enquanto organiza econômica e socialmente sua sociedade. [...] Nessa perspectiva, a historicidade enfoca o homem como sujeito construtor do espaço geográfico, um homem social e cultural, situado para além e através da perspectiva econômica e política, que imprime seus valores no processo de construção de seu espaço. (BRASIL, 1997, p. 107-108)

Em segundo lugar, temos a Geografia enquanto campo do saber que descreve a superfície terrestre, abarcando nessa descrição as marcas nela deixada pelo processo humano de “geografar” esta superfície, não deixando escapar as mudanças e permanências que só podem ser percebidas ao longo do tempo.

A Geografia estaria, então, identificada como a ciência que busca decodificar as imagens presentes no cotidiano, impressas e expressas nas paisagens e em suas representações, numa reflexão direta e imediata sobre o espaço geográfico e o lugar. [...] Nessa abrangência, a Geografia contribui para que se compreenda como se estabelecem as relações locais com as universais, como o contexto mais próximo contém e está contido num contexto mais amplo e quais as possibilidades e implicações que estas dimensões possuem. (BRASIL, 1997, p. 112-113)

Em ambos os sentidos, a Geografia guarda profundas relações com a História.

Assim como a Geografia, a História tem origem na língua grega antiga: *historía* (ἱστορία), que significa “pesquisa” ou “conhecimento advindo da investigação” (FERREIRA, 1994). Aqui, temos a História apresentando como

“estudo”, como “área do saber”, ou como “campo disciplinar”. Porém, se levarmos em consideração a periodização histórica e os critérios adotados para empregá-la, veremos que, de um modo similar à Geografia, a História também carrega um sentido de “escrita”. Isto porque entende-se por “pré-história” o período anterior à invenção da escrita pelos Sumérios e cerca de 4 000 a.C., ao passo que a “história” passa a ser o período posterior, a partir do qual, uma vez inventada a escrita, os seres humanos passaram a deixar registros de suas vivências. Aqui temos a historiografia enquanto “escrita da História” (BLOCH, 2001; HOBBSAWM, 1998), isto é, enquanto registro, feito pelos seres humanos, de seu próprio passado. Esses registros seriam o objetivo primordial da História enquanto ciência. A partir daí, podemos avançar na compreensão do que é História, entendendo que “a história é o estudo do homem no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55).

Quando se diz que “a história é o estudo do homem no tempo”, rompe-se com a ideia de que a história deve examinar apenas e necessariamente o passado. O que ela estuda, na verdade, são as ações e transformações humanas (ou permanências), que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período de tempo, mais longo ou mais curto. (BARROS, 2010, p.68)

Ensinar História e Geografia precisa ser mais do que transmitir informações históricas e geográficas prescritas em livros ou currículos. Ensinar História e Geografia precisa ser mais do que ensinar conceitos históricos e geográficos estanques. Ensinar História e Geografia deve ser propiciar aos estudantes o entendimento de si mesmos enquanto agente e sujeito histórico (que age no tempo) e geográfico (que produz transformações no espaço). Para Moreira (2005, p. 24) “à Geografia, cabe a sistematização no plano do espaço, cabendo-a à História, no plano do tempo. Isso porque a sistematização passa 2 processos: a narrativa (história) e a descrição (geografia)”. Porém, não é possível agir no espaço sem agir no tempo. Tampouco é possível dissociar as transformações produzidas no espaço das transformações produzidas ao longo do tempo. Como afirmam Graves e Moore (apud SANTOS, 2008, p.137), “Os acontecimentos da história devem processar-se em alguns lugares, ao passo que os lugares da geografia existem e evoluem através do tempo”.

A noção katiana de *tempo* como “lugar” da história e de *espaço* como “lugar” da geografia, promovendo a separação entre tempo e espaço e entre História e Geografia, só fez dar origem àquilo

de Michel Foucault chamou de ‘espaço congelado’. O tempo histórico não é o tempo do relógio (tempo-data, tempo sideral) e o espaço geográfico não é o espaço das coordenadas geográficas. Embora a história embuta-se no calendário e o espaço geográfico embuta-se na rede de coordenadas (latitude e longitude), tempo e espaço são coordenadas da história. (MOREIRA, 2005, p. 90)

No artigo “*Geografia e História: Uma interdisciplinaridade mediada pelo espaço*”, o historiador José D’Assunção Barros discute o papel do espaço como principal articulador da interdisciplinaridade entre essas duas disciplinas:

A História, considerada como campo de produção de conhecimento, já perfaz mais de um século de fortes relações interdisciplinares com a Geografia. À parte o fato de ter o *homem* e as sociedades humanas como objeto de estudo em comum – por ser este o universo obrigatório de estudo partilhado entre a História e a Geografia Humana – pode-se dizer-se que o espaço é o grande mediador das relações entre essas disciplinas. [...] As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada, dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico. (BARR0S, 2010, p. 67-69)

Tempo e espaço estão imbricados e uma Geografia ou uma História que ignoram este fato não, verdadeiramente, nem História, nem Geografia. Por isso, é de suma importância que os professores destas disciplinas construam abordagens interdisciplinares. Somente assim, seus alunos poderão construir saberes verdadeiramente significativos, por meio dos quais conseguem, enquanto seres histórica e geograficamente determinados, inter-relacionar suas vivências e suas histórias particulares, à história coletiva, bem como situar seus lugares de vivência no campo vasto do espaço geográfico globalizado.

A Geografia e a História têm seus saberes, seus conceitos e suas categorias tomadas de empréstimo ou tornados referência por professores das demais disciplinas, por exemplo, quando estes precisam, de início, localizar seu objeto de estudo, a si mesmos ou seus alunos, no tempo e no espaço. Ao fazê-lo realizam, ainda que de modo inconsciente e não intencional, uma abordagem que dialoga com a interdisciplinaridade. Do mesmo modo, quando um professor de História, Geografia ou de outra disciplina qualquer, recorre à leitura de um texto em sala de aula, demandando habilidades de leitura e interpretação dos alunos, temos também uma abordagem que se aproxima da interdisciplinaridade com a disciplina de Língua Portuguesa, por exemplo. Por outro lado, quando um professor de Geografia recorre à elaboração, à



interpretação e à análise de gráficos como pirâmides etárias ou climogramas; ou quando um professor de História trabalha com a “linha do tempo cronológico”, ou quando recorre à operações matemáticas para calcular a duração ou extensão de fenômenos históricos, temos, em ambos os casos, uma interdisciplinaridade com a Matemática.

No entanto, nos exemplos acima, o que temos é um nível mais simples ou superficial de interdisciplinaridade, que estudiosos como Heckhausen (*apud* FAZENDA, 1993) chamaria de “pseudo-interdisciplinaridade”, ou Boisot (*apud* FAZENDA, 1993), descreveria como “interdisciplinaridade restritiva”.

Todavia, além de não ser objetivo deste artigo a discussão sobre os diferentes níveis ou variações da interdisciplinaridade, o que nos interessa é explicitar com os exemplos acima é o seguinte: mesmo que limitadas em termos de interdisciplinaridade, eles apontam para o de que é quase impossível que um professor consiga ter sucesso no processo de ensino-aprendizagem de seu conteúdo, limitando-se aos conceitos, categorias e saberes tidos como exclusivos à sua disciplina. Evidencia-se, assim, o valor e a importância da interdisciplinaridade para a educação, na medida em que, no processo de ensino-aprendizagem, os fenômenos estudados são pensados em sua relação com todo e a realidade é encarada como processo, em vez de encarar os fenômenos com algo estanque e a realidade como estática.

A noção de interdisciplinaridade evolui com o progresso científico e o progresso econômico. [...] O que ontem poderia ser considerado um enfoque interdisciplinar correto, hoje não o é mais. Torna-se necessário recusar aquelas contribuições parciais que anteriormente eram úteis, sempre que elas não representem mais a realidade. (SANTOS, 2008, p.136)

Quando um professor de Geografia aborda a temporalidade e suas aulas, isto é, quando toca a dimensão temporal dos fenômenos geográficos, ele já está pisando na zona de intersecção a Geografia (espaço) e a História (tempo). Um exemplo desse movimento no sentido da interdisciplinaridade – e dessa interdisciplinaridade que move o saber em direção à totalidade - pode ser observado quando do estudo de uma das categorias geográficas mais básicas e fundamentais: a paisagem. A paisagem

é uma dimensão do espaço cuja análise e entendimento depende, necessariamente, do pressuposto que ela está em processo, no tempo. Precisamente por isso, a paisagem, em suas diferentes conformações, enquanto mosaico de diferentes intervenções humanas, em diferentes épocas, se apresenta também como uma dimensão de tempo. Corroboram essa afirmação os PCNs:

A categoria paisagem, porém, tem um caráter específico para a geografia, distinto daquele utilizado pelo senso comum ou por outros campos do conhecimento. É definida como sendo uma unidade visível, que possui uma identidade visual, caracterizada por fatores de ordem social, cultural ou natural, contendo espaços e tempos distintos; o passado e o presente. A paisagem é o velho no novo e o novo no velho. [...] É nela que estão expressas as marcas da história de uma sociedade, fazendo, assim, da paisagem uma soma de tempos desiguais, com uma combinação de espaços geográficos. (BRASIL, 1997, p. 112)

Do mesmo modo, quando um professor de História, aborda a espacialidade em suas aulas, isto é, quando toca a dimensão espacial dos fenômenos históricos, ele começa a se “desentrançar” para se aventurar pela “terra de ninguém” entre a História e a Geografia. Quanto mais um professor explorar das inter-relações, interconexões e intersecções de uma disciplina com as demais, tanto mais ele adentra a ilumina o campo (ainda para muitos) obscuro da interdisciplinaridade, abandonando a “zona de conforto” de sua “trincheira disciplinar” para desbravar novos paradigmas educacionais e epistemológicos.

Tão logo se deu conta da importância de entender o seu ofício como a Ciência que estuda o homem no tempo e no espaço [...] os historiadores perceberam a necessidade de intensificar sua interdisciplinaridade com outros campos do conhecimento. Emergiu daí esta importantíssima interdisciplinaridade com a Geografia, ciência que já tradicionalmente estuda o espaço físico [...]. A interdisciplinaridade entre a História e a Geografia é estabelecida, para além do próprio conceito de “espaço”, através de outras noções [...] como a de “paisagem”, de “território” e de “Região” – noções de que logo os historiadores começariam a se apropriar para seus próprios fins. (BARROS, 2010, p. 69)

O ensino de História não pode prescindir da Geografia. Primeiramente, porque um evento histórico, como uma guerra, uma revolução, a formação de um Estado, etc., não pode ser entendido ou explicado se omitirmos sua localização, sua delimitação e sua extensão geográficas. A recíproca também é verdadeira, haja visto que um fenômeno geográfico, como

um processo migratório, a transformação de uma paisagem, a apropriação de um território, as redes de distribuição da produção agrícola ou industrial, por exemplo, não podem prescindir de sua extensão ou duração temporal para serem compreendidos ou explicados.

## POSSIBILIDADES INTERDISCIPLINARES ENTRE GEOGRAFIA E HISTÓRIA NA BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pode ser entendida como um corolário da Lei n. 13.005/2014, que regulamentou o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo, para este, 10 anos de vigência. Dentre as metas do PNE, estava a elaboração de um referencial curricular de abrangência nacional, que, posteriormente, deveria ser adaptado pelos diferentes estados. Cerca de 3 anos depois, em 2017, o MEC, então dirigido pelo ministro Mendonça Filho, apresentou uma primeira versão da BNCC para o Ensino Fundamental ao Conselho Nacional de Educação (CNE). A BNCC foi elaborada com base nos princípios e objetivos contidos também na Constituição Federal (CF/1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), além de, como já foi mencionado acima, no Plano Nacional de Educação (PNE/2014). Em dezembro deste mesmo ano a BNCC do Ensino Fundamental foi homologada por então ministro. No ano seguinte, MEC apresentou ao CNE uma versão da BNCC para o Ensino Médio, que foi homologada em dezembro do mesmo ano, 2018, pela então ministra da Educação, Rossieli Soares.

Na BNCC, os conteúdos são prescritos na forma das *habilidades*, que são designadas por códigos alfanuméricos (os *descritores*) e apresentadas na forma de frases imperativas, tendo verbos de comando como analisar, discutir, relacionar, elaborar, etc., ao início de cada uma delas (MINAS GERAIS, 2018). Os *descritores*, por seu turno, apresentam uma estrutura particular, como no exemplo seguinte: EF06GE01, onde EF significa Ensino Fundamental, os algarismos 06 indica a série (neste caso, o 6º ano), as letras GE são uma abreviação de “Geografia” e os algarismos finais indicam o número da habilidade (IDEM).

Nos conteúdos de Geografia propostos para o 6º ano do Ensino Fundamental na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por exemplo, já no primeiro descritor (EF06GE01), a interdisciplinaridade se evidencia na habilidade que ele designa: “Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.” (BRASIL, 2018). O descritor e a habilidade supracitados estão intimamente irmanados com os conteúdos de História propostos pela BNCC para o 6º ano. Por exemplo: “Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.” (BRASIL, 2018).

Já nos conteúdos prescritos para o 7º ano do Ensino Fundamental na BNCC, a mesma relação interdisciplinar se manifesta também no primeiro descritor (EF07GE03), cuja habilidade é “Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e as tensões **históricas** e contemporâneas” (BRASIL, 2018, grifo nosso). Tal descritor e habilidade de Geografia estão profundamente ligados ao descritor EF07HI11, de História, cuja habilidade é “Analisar a formação **histórico-geográfica** do território da América Portuguesa, por meio de mapas históricos” (BRASIL, 2018, grifo nosso).

No 8º ano, no primeiro descritor de Geografia (EF08GE01), a menção à História é explícita na habilidade que ele designa: “Descrever as rotas de dispersão da população pelo planeta e os principais fluxos migratórios e diferentes períodos da **história**, discutindo fatores e condicionantes físico-naturais associados à distribuição da população humana pelos continentes” (BRASIL, 2018, grifo nosso).

Se buscarmos nos conteúdos de História previstos na BNCC para a mesma série, encontraremos uma forte relação interdisciplinar com a Geografia no descritor EF08HI06, cuja habilidade é a seguinte: “Aplicar conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões”.

Esse descritor e essa habilidade citados são muitos similares ao descritor EF08GE05, cuja habilidade prescrita é a seguinte:

Identificar, diferenciar e aplicar os conceitos de Estado, nação, território, conceito e país para o entendimento de conflitos e tensões na contemporaneidade, com destaque para as situações geopolíticas na América e na África e suas múltiplas regionalizações a partir do pós-guerra. (IDEM)

No 9º ano, entre os conteúdos prescritos para Geografia pela BNCC, o primeiro descritor (EF09GE01) também explicita a relação interdisciplinar entre a Geografia e a História na habilidade que ele indica: “Analisar criticamente de que forma a hegemonia europeia foi exercida em várias regiões do planeta, notadamente em situações de conflito, intervenções militares e/ou influência cultural em diferentes **tempos** e **lugares**” (BRASIL, 2018, grifos nossos). Do mesmo modo como foi demonstrado acima em relação às séries anteriores, dentre os descritores e habilidade de História propostos pela BNCC para o 9º ano, há pelo menos 2 que guardam profunda relação interdisciplinar com o descritor e a habilidade de Geografia acima citada:

EF08HI23 – Estabelecer relações causais entre as ideologias raciais e o determinismo no contexto do imperialismo europeu e seus impactos na África e na América.

EF09HI24 – Reconhecer os principais produtos utilizados pelos europeus, procedentes do continente africano durante o imperialismo e analisar os impactos sobre as comunidades locais na forma de organização e exploração econômica. (IDEM)

Se os professores de História e Geografia, nos anos finais do Ensino Fundamental, seguirem as propostas contidas na BNCC, ainda que não colaborem na execução de um projeto interdisciplinar, nem estabeleçam um diálogo direto entre si, que abranja desde a etapa do planejamento até a prática em sala de aula, eles irão, simultaneamente, levar para suas salas de aula temas como transformação das paisagens, formação territorial, distribuição populacional, diversidade étnica, racial e cultural, fluxos migratórios, econômicos e culturais, etc. Ao fazê-lo, precisarão lançar mão de conceitos e categorias fundamentais à ambas as disciplinas, como espaço e tempo, processo histórico, espaço geográfico, mudança e permanência, paisagem, território, população, cultura, economia, Estado, nação, país, lugar,

dentre outros que habitam a “zona de intersecção” entre suas respectivas áreas de especialização.

A interdisciplinaridade entre História e Geografia é estabelecida, para além do próprio conceito de “espaço”, através de outras noções como “território”, “região” [...], noções que logo os historiadores começariam a se apropriar para seus fins. (BARROS, 2010, p. 70)

Estarão, portanto, ainda que em um nível - que muitos dirão ser – rudimentar, e de modo voluntarista e individualista, explorando possibilidades interdisciplinares entre a Geografia e a História.

Desse modo, a interdisciplinaridade que envolve a Geografia e a História pode possibilitar melhor avaliação das ações dos homens em sociedade, entre si e com a natureza, bem como suas consequências em diferentes espaços e tempos. Os estudantes podem construir referenciais que possibilitem participação em questões sociais, políticas, econômicas e ambientais dentro da atividade. A comparação entre o passado, presente e futuro é fundamental, fazendo com que alunos ampliem os seus conhecimentos históricos e geográficos. (PENA, et al, 2015, p. 8)

*A priori*, a análise das orientações e diretrizes contidas na BNCC e nos PCNs, apontam para a necessidade de que professores de Geografia e História dominem conceitos e categorias compartilhados por suas disciplinas, que frequentemente são citados entre as competências e habilidades, mostrando-se tão imprescindíveis à ambas que é difícil afirmar que sejam próprios de uma ou de outra. Segundo Japiassu (1976, p. 82), “é extremamente difícil adquirir os conceitos das disciplinas diferentes das nossas, mas a interdisciplinaridade é uma tentativa de superação deste obstáculo”.

Todavia, estabelecimento de uma interdisciplinaridade entre a Geografia e a História – ou entre quaisquer outras disciplinas – depende, fundamentalmente, de 2 tipos fatores: primeiro, da disposição interna de cada especialista para sair de sua “zona de conforto” e se aventurar na “zona de intersecção” entre sua disciplina e outra; segundo, da identificação de quais problemas cuja resolução depende de tal aproximação, ou de quais objetos de estudo encontram-se naquela zona de intersecção e cuja análise e compreensão exige que recorramos ao arsenal teórico e metodológico de mais de uma disciplina.

Como afirma Milton Santos (2008):

[...] se ficarmos confinados à sociologia para explicar o que se chama de fato social; à economia para compreender os fenômenos econômicos; à geografia para interpretar as realidades geográficas, acabamos na impossibilidade de chegar a uma explicação válida. Não há porque temer a invasão do campo de outro especialista. (p. 130)

No que concerne, especificamente, ao ensino de História e Geografia, de início, os problemas oriundos do paradigma disciplinar não poderão ser superados se o professor de Geografia privilegiar a categoria “espaço” em detrimento da categoria “tempo”, ou se o professor de História fizer o oposto. Além disso, é crucial que os professores não ignorem ou menosprezem os saberes e percepções que seus alunos carregam, seja sobre o “espaço” e o “tempo”, seja sobre si mesmo, sobre a escola, sobre a História e a Geografia, sobre o mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História e a Geografia possuem uma relação interdisciplinar que pode ser observada desde os elementos mais basilares de seu estudo: o tempo e o espaço. Tais conceitos, compartilhados por ambas as disciplinas, além de serem condições precípuas para qualquer experiência, como afirma Kant (apud BARROS, 2010), também são a base para o entendimento de outros conceitos fundamentais à essas duas disciplinas, tais como a paisagem, lugar, território, população, cultura, etc. Entendemos que, não obstante as críticas já feitas ao seu caráter prescritivo e neoliberal (GIROTTO, 2017), a Base Nacional Comum Curricular oferece caminhos para que professores de História e Geografia desenvolvam uma prática interdisciplinar em suas aulas.

Entrementes, é preciso ter ciência de que o êxito da aplicação de tais propostas em sala de aula, depende de fatores como a formação (tanto a inicial, quanto a continuada) dos professores, os recursos disponíveis para o trabalho docente nas escolas (laboratório, sala de informática, sala de vídeo, biblioteca, etc.) onde os profissionais atuam, as condições de trabalho das quais eles dispõem (incluindo os salários que, quando baixos, levam-nos a se submeterem a extensas jornadas de trabalho, em duas ou mais escolas), bem

como a qualidade do material didático disponível para utilização de educadores e educandos.

No entanto, não obstante esses condicionantes acima citados, para que aquelas possibilidades se materializem na forma de ações interdisciplinares concretas, seja numa abordagem individual de cada professor, seja por meio de projetos coletivos entre dois ou mais professores, é preciso que cada educador desenvolva, antes, uma “disposição interna” ao diálogo com outros campos do saber, superando os limites de seu campo disciplinar. É nesse ato de coragem e ousadia, do sujeito que se aventura para além de sua “trincheira propedêutica”, que o paradigma disciplinar pode começar a ser superado.

#### REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: História e Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BARROS, José D'Assunção. Geografia e História: Uma Interdisciplinaridade mediada pelo espaço. Geografia (Londrina), v. 19, n.3, 2010.
- BARROS, José D'Assunção. História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Vozes, 2017
- BLOCH, Marc. Apologia da História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FAZENDA, Ivani A. Interdisciplinaridade: História, teoria e Pesquisa. São Paulo: Papyrus, 1994.
- FAZENDA, Ivani C. A. (org.). Práticas Interdisciplinares na Escola. São Paulo: Cortez, 2000.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. São Paulo: Paz e Terra, 2011.



\_\_\_\_\_. Extensão ou comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. Dos PCNS a BNCC: O ensino de geografia sob o domínio. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017

GRISNPUN, Mírian P. S. Zippin. Educação Tecnológica. In: Educação tecnológica, desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2001, p. 25-74.

HOBBSAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JANTSCH, A. & BIANCHETTI, L. (org.). Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito. Petrópolis / Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e Patologia do Saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MINAS GERAIS. Currículo Referência de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2018.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes necessários a Educação do Futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PENA, Maria Fernanda; RAIMUNDO, Maria Helena; VASCONCELOS, Luiz G. Falcão e SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. Geografia e História: um projeto interdisciplinar na EJA. Goiás: Fala Professor: Qual é o fim do ensino de Geografia? VII Encontro Nacional de Ensino de Geografia, 2005, p. 1-15.

SANTOMÉ, J. T. Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda, 1998.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.